



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 2:
Teoria do Discurso e Mobilizações Sociais na América Latina

Ocupações de escolas:
movimentos sociais em defesa da educação pública

Dra. Marcia Betania de Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
e-mail: marciabetaniauern@gmail.com



Ocupações de escolas:
movimentos sociais em defesa da educação pública

Marcia Betania de Oliveira¹

RESUMO: Este trabalho aborda ocupações de escolas, por alunos secundaristas, enquanto movimentos sociais em defesa da educação pública. Destaca, com base na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, que processos de subjetivação acabam levando jovens a lutas políticas contextuais e demandas articuladas, embora provisória e precariamente. Apresenta resultados de pesquisa realizada em manchetes midiáticas, as quais deram visibilidade a alguns desses movimentos em estados brasileiros. Compreende estudantes ali envolvidos como sujeitos na/da constituição política, os quais vão se constituindo em processos articulatórios de negociação, de identificação, marcados pela contingência, tentando fixar determinados sentidos como sendo em/de defesa da educação, não definidos *a priori*. Considera que apesar de projetos educacionais como a proposta de Implantação de Organizações Sociais (Goiás), o Programa de Reorganização Escolar (São Paulo) e o Escola sem partido (projeto de âmbito nacional) se apresentarem como garantias de transformação social, movimentos outros continuam sendo construídos questionando seus pretensos ideais de garantia de qualidade na/para a educação pública.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações de escolas; Movimentos sociais; Defesa da educação pública; Teoria do discurso.

Introdução

Ninguém nunca nos pergunta nada sobre a escola. Não somos importantes? Não temos direitos? A ocupação nos mostrou que temos [...]. Quando ocupamos, ocupamos com nossas pautas de reivindicações mas também ocupamos para mudar a maneira vertical como se decidem as coisas (MOVIMENTO..., 2016).

Em tempos obscuros de ataques constantes aos direitos humanos e sociais no Brasil (os quais conquistados sob a égide de muita luta e reivindicações), em especial na última década, “a democracia permanece sendo um tema importante” (LOPES,

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), lotada na Faculdade de Educação. Credenciada ao Mestrado em Educação (POSEDUC/UERN); líder do Grupo de Pesquisa Contexto e Educação.



2015, p. 22), e necessário. Os movimentos sociais têm se apresentado, cada vez mais, como espaços considerados de construção/demonstração dessa democracia. Mendonça (2015, p.86) destaca que, democracia, “nas mais diversas formulações teóricas e filosóficas já construídas [...] sempre remete-se ao seu elemento primordial, o povo”. O povo, e os movimentos desencadeados a partir de suas organizações/mobilizações acabam por se constituir como alternativas e/ou perspectivas para conquista e (ou pretensa) garantia de direitos diversos.

Para Gohn (2011, p. 336), “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas” e “ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede”. Essa autora (GOHN, 2011, p.334) afirma que “a relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais”, sendo que o estudo dessa relação é relativamente recente no meio acadêmico, “especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente”. Destaca (idem, p. 340) ainda que, no Brasil, os movimentos sociais têm se caracterizado com a retomada do movimento estudantil e as ocupações de universidades (às quais têm se somado as ocupações de escolas básicas) “em luta pela melhoria da qualidade do ensino, contra reformas da educação, atos de corrupção e desvio de verbas públicas” (GOHN, 2011, p.340).

Em tentativas de caracterizar/classificar os sujeitos que constituem e/ou que estão envolvidos nos movimentos sociais, costumeiramente, os atores sociais ali partícipes são tidos/classificados como de algum partido de esquerda. Em entrevista dada a Lopes e Mendonça (2015), Laclau destaca que a esquerda “[...] não pode mais ser considerada em termos de uma alternativa essencialista como quando se pensava que a classe operária e o socialismo eram os que criavam a linha fundamental de divisão na sociedade.” (LOPES; MENDONÇA, 2015, p.151). Em sua teoria do discurso, esse teórico defende a elaboração de uma política social e econômica alternativa a partir de uma proliferação de atores sociais em distintos pontos, os quais “não são óbvios desde o início e podem ser articulados de maneira diferente em relação a diferentes problemas” (idem).



Apesar de registros teóricos como o pós-estruturalismo serem considerados como despolitizantes, por vezes tidos como desmobilizadores das ações de transformação mais profundas das relações de poder (LOPES; VANDEMBERGHE; ARAÚJO, 2015, p.22), concordo com a lógica laclauiana que “a forma como a TD incorpora o pós-estruturalismo e questiona o pós-modernismo abre possibilidades mais significativas de politização”, situação em que “a política assume o viés de uma disputa pela (no interior da) significação. O caráter discursivo da verdade amplia as possibilidades políticas” (idem).

Laclau (LOPES; MENDONÇA, 2015) acredita que sem um esforço de articulação política entre as várias lutas é impossível conseguir um efeito de longo prazo, pois se requer não somente a autonomização das lutas individuais, mas também a construção de uma hegemonia de um novo tipo. Se não se pensa em dar às mobilizações políticas, como no caso das ocupações das escolas em defesa da escola pública, um objetivo de transformação do Estado, “[...] estas mobilizações cedo ou tarde se desagregarão (idem, p.23).”

Neste trabalho² apresento, portanto, movimentos tendo como atores sociais alunos (geralmente) do ensino médio, aqui entendidos como protagonistas nas ocupações de espaços públicos como as escolas, em defesa da educação pública. Tais movimentos, desencadeados por demandas do contexto educacional, por vezes consideradas curriculares, acontecidos nos anos de 2015 e 2016, tratam de ocupações de escolas ocorridas nos estados de Goiás e de São Paulo. Também aponta para movimentos em torno do Projeto Escola sem partido, com ocupações de escolas no anos de 2016.

As informações trazidas como forma de registro de falas aqui destacadas foram buscadas em manchetes midiáticas, de circulação nacional, apresentadas como “A OCUPAÇÃO...” (2015), “OCUPAÇÃO” (2015), “CRESCER” (2015), “CONTRÁRIOS” (2016), “PERGUNTAS” (2016), “MOVIMENTO” (2016), “ESTUDANTES” (2016), “APÓS” (2016), os quais, dentre outros, deram visibilidade aos referidos movimentos.

² Este texto, revisado e ampliado, teve discussão inicial apresentada no III Seminário Nacional de Ensino Médio (SENACEM), realizado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em 2016, sob o título Demandas e protagonismo juvenil: políticas curriculares no ensino médio.



Tais registros me possibilitam interpretar a não obviedade pré-definida de participações dos jovens nos referidos movimentos de ocupações nas escolas.

Discuto a Teoria do Discurso de Laclau e Moufe (2015), pelas leituras de Mendonça (2012, 2015) e de Burity (2014); quanto às políticas curriculares, o faço a partir de leituras de Lopes (2011, 2012, 2013, 2014, 2015), Lopes e Macedo (2011), na compreensão de currículo como “luta política por sua própria significação, [...] pela significação do que vem a ser sociedade, justiça social, emancipação, transformação social” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 253).

Entendo a participação/mobilização dos estudantes envolvidos nas manifestações e/ou nas ocupações das escolas como um processo de constituição política desencadeado por demandas curriculares seja das secretarias de educação em pauta seja do movimento nacional. Compreendo que tais demandas geraram/geram reivindicações diversas, situações que envolvem sujeitos com processos identitários diversos. Entendo os atores envolvidos nos movimentos sociais em pauta como não óbvios na constituição política, por vezes apartidários, os quais vão se constituindo em processos articulatórios de negociação, de identificação, marcados pela contingência, tentando fixar determinados sentidos como sendo em/de defesa da educação, desejada de qualidade, não definidos *a priori*.

Entendo, ainda, tais construções, seja dos processos articulatórios seja dos sentidos de qualidade da educação, como discursivas e contingentes; construções políticas que dependem de contextos específicos (por vezes considerados) de emergência, demandando situações e espaços diversos de reivindicações. Sujeitos e demandas constituem-se e articulam-se mutuamente (LACLAU, 2013), em processos nos quais “o sujeito não existe antes da ação política, mas se constitui por essa ação.” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 182).

1 A implantação de Organizações Sociais em Goiás

Em diferentes municípios do estado de Goiás, escolas da rede estadual de ensino foram ocupadas por alunos que protestavam contra o novo modelo de gestão



proposto pelo governo, as chamadas organizações sociais (OSs)³. Esse movimento começou no dia 9 de dezembro de 2015 com a ocupação, em Goiânia, de um colégio estadual inativo desde 2014 (CRESCER..., 2015).

Conforme disponível (PERGUNTAS..., 2105) no portal da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), ao ser interrogada sobre por que adotar esse modelo de parceria na Educação, a secretária da SEDUCE responde que as OSs aumentam “o poder de atuação do Estado, possibilitando que se faça mais e melhor, de forma ágil, em benefício do cidadão” (idem). A proposta é que empresas, grupos ou organizações sociais que possuem experiência em gestão, especificamente em gestão escolar, atuem como parceiros, sob a supervisão da SEDUCE, no processo de gestão de parte da rede escolar, “possibilitando, inclusive, que a SEDUCE se concentre cada vez mais na melhoria da qualidade da política educacional a ser implementada nas escolas” (PERGUNTAS..., 2105).

O que muda para os estudantes e para os professores com a implementação das OSs é pauta das perguntas elaboradas pela SEDUCE (PERGUNTAS..., 2105). O entendimento é que, na prática, os repasses públicos passem a ser feitos às entidades, que serão responsáveis pela manutenção das escolas e por garantir melhor desempenho dos estudantes nas avaliações feitas pelo estado. Elas podem inclusive contratar professores e funcionários (CONTRÁRIOS..., 2016). Para a secretária de educação, “este modelo será uma iniciativa inovadora, tornará o sistema mais ágil, mais eficiente e fará avançar a qualidade da educação” (CRESCER..., 2015).

Ao longo das manifestações e das ocupações nas escolas, estudantes aproveitaram para mostrar como queriam a educação. Nas portas de algumas delas, vários cartazes pediam recuo na implantação do modelo das OS, enfatizando: “Educação não é mercadoria”. Uma das manchetes midiáticas (CONTRÁRIOS..., 2016) destaca que era possível localizar em banheiros, por meio de cartazes, reivindicações quanto ao uso daqueles espaços por transexuais, conforme o gênero

³ “Uma Organização Social (OS) é uma entidade sem fins lucrativos, uma associação, que, por cumprir determinados requisitos exigidos em Lei, é considerada apta para fazer parceria com o Estado nas áreas da Saúde, Cultura, Educação, Serviços Sociais, etc. Dentre os requisitos estão a finalidade **não** lucrativa e o comando da associação por um Conselho de Administração com membros do Estado e da Sociedade”. (RESPOSTAS, 2015).



com o qual alunos se identificam. Questões que tematizam diferenças como as de orientação sexual, étnicas, de gênero, dentre outras, antes restritas à esfera privada, passam a ser significadas nos movimentos sociais; nesse caso, nas ocupações de escolas.

Destacamos aqui falas que ilustram motivos diversos do/para o envolvimento de alunos, nesses movimentos, acontecidos entre o final de 2015 e o início de 2016, palco de reivindicações diversas, dentre a luta contra a ideia de privatização do sistema de ensino. Para um dos alunos, a compreensão é que “A escola é o lugar dos estudantes. Estamos saindo da nossa zona de conforto e abrindo nossa boca. Estamos lutando pela educação, que é um direito nosso” (CONTRÁRIOS..., 2016), corroborando a ideia da necessária união entre estudantes, pais e professores “para transformar a educação pública em prioridade nacional e assim construir(mos) uma verdadeira pátria educadora que contemple a maioria da população e com clareza nos dê uma educação democrática e de qualidade” (CRESCER..., 2015).

Uma das reivindicações dos estudantes, no início de 2016, era que o edital de chamamento das OS, publicado no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2015, fosse revogado e que o governo discutisse o modelo com a comunidade escolar. “Não houve diálogo algum. Estamos lutando por melhorias na educação. Estamos cansados de receber migalhas enquanto o dinheiro fica no bolso dos grandes” (CONTRÁRIOS..., 2016), afirma um aluno de 16 anos, acrescentando que: “Em São Paulo, as ocupações deram certo, o que temos a perder? Eles acreditaram. Vamos fazer isso porque acreditamos que vai dar certo”.

Para além da reivindicação principal pela não implementação das OS, muitas são/foram as demandas que levaram os alunos, senão no processo de ocupação das escolas, às ruas como forma de protesto. Dentre elas estão a luta por melhorias na infraestrutura das escolas estaduais e falta de verba para a manutenção de serviços básicos nas escolas.

Outra pauta de reivindicações era a reabertura de uma escola que havia sido fechada, desativada. “Eu estudava no [...]”⁴ quando ele foi fechado, primeiro foi a

⁴ Nas manchetes midiáticas foram usados nomes fictícios para os envolvidos nos movimentos. Neste texto, não há referências a nomes de pessoas e das escolas.



desculpa de uma reforma, depois de que não havia alunos suficientes para manter a escola funcionando” (CONTRÁRIOS..., 2016), conta uma das ocupantes, de 16 anos que afirma que estava viajando de férias, e quando chegou recebeu a notícia de que a escola tinha fechado e que seria transferida para um outro colégio.

De acordo com a manchete, nas ocupações houve estudantes do ensino superior, artistas e professores universitários e da educação básica que frequentam os locais, mas quem fala pelo movimento é sempre um secundarista, geralmente que estuda ou estudou na escola. “A coisa mais importante é que não estamos filiados a nenhum partido político. Ninguém fala de partido político aqui” (CONTRÁRIOS..., 2016), afirma um aluno de 17 anos de uma das escolas ocupadas.

2 O programa de Reorganização Escolar em São Paulo

No estado de São Paulo o programa de Reorganização⁵ Escolar apresentado pelo governo Geraldo Alckmin, em dezembro de 2015, gerou a mobilização de estudantes paulistas, que saíram às ruas e ocuparam escolas em protesto contra o referido programa. Tal ocupação desencadeou “questionamento sobre avaliações externas” (OCUPAÇÃO..., 2015), defendendo boicote ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), em um debate sobre a validade desse tipo de avaliação externa e padronizada. A referida prova é criticada, dentre outras justificativas, por criar rankings de escolas.

O SARESP é uma avaliação feita pelo governo do estado, com o objetivo de fazer um diagnóstico não dos estudantes individualmente, mas das escolas e da rede de ensino. Tal processo tem acontecido anualmente, no mês de novembro, com estudantes dos 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Seus resultados integram o Índice de Desenvolvimento da Educação do

⁵ “Segundo a Secretaria Estadual de Educação, o processo de reorganização tinha como objetivo criar 754 escolas de segmento único, ou seja, que atendam exclusivamente uma faixa etária de ensino (só os primeiros anos do ensino fundamental, só os últimos anos do ensino fundamental ou só o ensino médio). O objetivo visava a facilitação da gestão das escolas, diminuindo o conflito entre os estudantes”. “Com isso, 94 escolas devem ser fechadas e 754 terão seu funcionamento alterado”. (A OCUPAÇÃO..., 2015).



Estado de São Paulo (IDESP), que estabelece metas tanto para a rede de ensino como para cada escola separadamente. “Esse indicador é usado, por exemplo, para calcular se os professores receberão bônus por desempenho. Além disso, a nota é usada para estabelecer políticas de educação” (OCUPAÇÃO..., 2015) como é o caso da proposta de reorganização da rede de escolas, motivo das ocupações nas escolas. “Dependendo da nota que os alunos de uma escola tiverem, a escola recebe prestígio e cria competição entre professores e alunos” (OCUPAÇÃO..., 2015).

Uma manchete que aborda a ocupação das escolas em SP na ótica dos estudantes (A OCUPAÇÃO..., 2015), destaca experiências vivenciadas por alunos, cujo movimento foi retratado, de acordo com a manchete, de perto por colunistas de diversos meios de comunicação registrando o dia a dia de alunos que deram sua contribuição. Destacamos a seguir, portanto, alguns recortes desses relatos de experiência.

Com a chamada de que “A ESCOLA É NOSSA, NINGUÉM TEM O DIREITO DE FECHAR”, uma aluna do 3º ano do ensino médio de uma escola estadual relata (A OCUPAÇÃO..., 2015) a sua participação nos movimentos de ocupação de uma escola. Quando tomou conhecimento meses anteriores ao movimento “que a reorganização do ensino estadual de São Paulo fecharia nosso ensino médio”, gerando “um abalo muito grande de alguns alunos e professores”, ela decidiu que “não queria deixar isso passar em branco e tive que me aliar a outras escolas para entrar na luta”, visto que a escola onde estudava não se mobilizou contra a proposta do governo. Ela declara que encontrou, por meio do Facebook, uma aluna de outra escola da rede estadual de ensino, a qual pedia ajuda na divulgação da campanha de arrecadação de água para os alunos que tinham acabado de ocupar a escola. Naquele processo de ocupação ela conta que durante os primeiros dias de ocupação, “[...] os portões ficaram abertos para as aulas dos pequenos do fundamental I. Foi assim até que a vice-diretora entrou na escola e humilhou os alunos: disse que eram inúteis e não conseguiriam mudar nada. Aí [os ocupantes] resolveram fechar a escola de vez (A OCUPAÇÃO..., 2015).

Outra aluna, também ocupante, estava dormindo todos os dias na escola com demais alunos e professores, acompanhou os alunos na audiência de conciliação com



o governo do estado, no dia 19 de novembro, e disse que lá também não houve diálogo sobre as escolas que iriam fechar.

Conforme publicado na manchete em pauta (A OCUPAÇÃO..., 2015), muitas são as justificativas dos estudantes para participarem do movimento de ocupação das escolas. Uma aluna, de 14 anos, diz que entrou no movimento porque já estuda ali (na escola ocupada) há oito anos e é onde estão todos os seus amigos. “Se eu mudar de escola, não sei o que vou fazer”. Para um rapaz, de 16 anos, que ia para a ocupação todos os dias depois do trabalho, o medo consistia em ser transferido para um colégio distante, pois “Estudo há bastante tempo aqui, é perto de casa e a outra escola fica bem longe” (idem). Para ele, é a primeira vez que vê os alunos da escola unidos para uma grande causa.

A aluna aqui destacada por fazer seu relato na manchete conta que, em conversa com uma colega, também ocupante, descobriu “que as escolas fechadas vão virar Etec, escolas técnicas, ou serão usadas pela prefeitura”. Por outro lado, muitos alunos que participavam da ocupação falaram de uma possível privatização do terreno da escola. Um deles afirma: “Aqui é um bairro bom e o terreno é enorme, dá pra fazer um condomínio bem grande aqui” (A OCUPAÇÃO..., 2015).

Quanto ao movimento em si, a aluna afirma que apesar de nos primeiros dias ter havido confronto com a polícia, tudo foi se tranquilizando no decorrer da semana, e que, mesmo com as aulas interrompidas, a escola está aberta para todos: “os meninos jogam bola na quadra e as meninas espalham cartazes pela escola, que por sinal, está em um ótimo estado”. E enfatiza: “Eles se revezam nas tarefas, limpam o pátio e até os banheiros. Os alunos estão com o pé firme no chão e não vão desistir da sua luta tão cedo, eles abraçaram o lema **#nãofecheaminhaescola** e irão levar isso até o fim” (A OCUPAÇÃO..., 2015, grifos nossos).

3 O projeto Escola sem Partido

Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”. Assim se define o “Programa Escola sem Partido” (<https://www.programaescolasempartido.org/>): como uma proposta de lei (PL 867/2015) que visa a combater a considerada doutrinação



política e ideológica, tornando obrigatória afixação de cartazes em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio com conteúdo definindo o que o professor NÃO PODERÁ (dentre outras ações): fazer propaganda político-partidária, incitar alunos à participação de manifestos, atos públicos e passeatas, promover seus próprios interesses ou preferências (religiosas, morais, políticas e partidárias).

O referido site destaca, ainda que o “único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres”; isso é proposto, na perspectiva de que os próprios alunos “possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles.” (<https://www.programaescolasempartido.org/>).

Frigotto (2017, p.35) entende “o Escola sem Partido como um discurso que vem sendo compartilhado desde 2004, quando o movimento foi criado e que se apresenta, desde então, como uma chave de leitura para entender o fenômeno educacional”. Contribuindo com essa discussão, Penna (2017, p.37) argumenta que essa chave de leitura do fenômeno educacional tem quatro características principais: reduz educação à escolarização; desqualifica o professor; se apresenta como estratégias discursivas fascistas; e, por último, defende o poder total dos pais sobre os seus filhos.

Esse movimento tem como contraponto o surgimento da Proposta Escola sem Mordaca⁶. Vale lembrar que o Projeto Escola sem Partido culminou com outras medidas autoritárias e restritivas de direitos tomadas pelo governo Michel Temer, em especial, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55, ex-PEC 241) e contra a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio (MP 746/16), a qual foi aprovada como Lei nº 13.415, instituindo a mais nova Reforma do Ensino médio.

De acordo com publicação midiática (MOVIMENTO..., 2016), é possível perceber, entre alunos de uma escola de São Paulo, movimentos contra e a favor do Escola sem Partido. Três estudantes secundaristas defendem as ocupações de escolas e a luta do movimento estudantil por melhorias na Educação e contra retrocessos. Para eles, “a precarização da educação não é novidade, nossa realidade é escola com estruturas precárias, falta de professores [...] entre outras coisas” (idem);

⁶ Ver informações em <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2016/11/escola-sem-partido-x-escola-sem-mordaca/>



destacam que “O fenômeno das ocupações de escolas mostrou um novo método de movimento estudantil (idem). Algum deles afirma que, com a ocupação se sentem “parte da escola, é um espaço democrático em que todos têm voz, diferente do que costuma ser a própria escola. A ocupação nos garante um espaço sem opressão e que seja emancipador” (MOVIMENTO..., 2016).

Na mesma escola, foi registrado (MOVIMENTO..., 2016) protesto contra o Escola Sem Partido, organizado por estudantes de uma escola de São Paulo. De acordo com a referida manchete, um grupo de alunos “foi [...] panfletar a favor do Escola Sem Partido”, em reação à opinião do diretor do colégio, crítico ao projeto de lei, que manifestou sua opinião contrária.

A fala de uma aluna de 16 anos, contrária ao projeto de lei, destaca: "Achamos problemática a determinação que eles propõem do que é doutrinação, o que é fato, o que é certo, o que é errado". Sem a ideia de uma total ocupação da escola, mas na tentativa de dar visibilidade aos argumentos contra o Projeto Escola sem Partido, essa aluna afirma que (MOVIMENTO..., 2016), juntamente com alguns colegas, reuniram cerca de cem pessoas, e que foram para a porta do colégio durante os 40 minutos de intervalo, carregando cartazes com escritos como "Escola Sem pensamento crítico não é escola" e "A verdade é dura, Escola Sem Partido é censura". A aluna destaca que não houve qualquer resistência ou protestos de outros alunos ou de quem passava pelo local. "A gente percebeu que as pessoas não conheciam muito o projeto de lei e foram se informar" (idem).

Em outubro de 2016, estudantes secundaristas e universitários ocuparam escolas no Rio Grande do Norte. A manchete (APÓS..., 2016) destaca que “enquanto a pauta dos universitários se limita(va) à PEC 241, os estudantes secundaristas reivindicam uma pauta mais extensa, “[...] dividida em três eixos: a resistência a PEC 241 e o congelamento dos investimentos em educação pelos próximos 20 anos, a supressão da Medida Provisória 246, que propõe mudanças no ensino médio e a contrariedade a PL 121/2016, chamada pelos estudantes de 'Lei da mordaza', mas também conhecida como 'Escola sem partido’”.

4 Pela Teoria do Discurso, algumas considerações sobre ocupações de escolas: demandas e sujeitos na constituição de políticas curriculares.



Joanildo Burity (2014, p.60) destaca haver várias maneiras de começar a caracterizar a Teoria do Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (2001), não importando muito por onde se queira começar: “como uma teoria do discurso, como uma teoria da hegemonia, [...] como uma teoria da democracia radical”. Particularmente, prefiro começar por defini-la como uma teoria política, a qual deve ser lida, de acordo com Mendonça (2012, p. 205), “como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sociopolíticos”, em que discurso possui centralidade explicativa para esse projeto teórico.

Na lógica laclauniana, as demandas constituem o sujeito, as quais, são para Laclau (2013), resultado de uma articulação de demandas que se encontra em situação peculiar com a ordem estabelecida, apresentando-lhe reivindicações. Por essa lógica, é possível perceber que nesse processo de articulação de demandas educacionais em pauta, na luta pelo discurso hegemônico, os sujeitos envolvidos (sejam os que representam as referidas propostas de/para a educação, sejam os estudantes de escolas ocupadas e/ou manifestantes) vão se constituindo em processos articulatórios de negociação, de identificação, marcados pela contingência, tentando fixar determinados sentidos, não definidos *a priori*. Sujeitos e demandas constituem-se e articulam-se mutuamente (LACLAU, 2013), em processos nos quais “o sujeito não existe antes da ação política, mas se constitui por essa ação.” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 182).

É possível perceber a ideia de descentramento do sujeito na lógica laclauniana, quando de sua abordagem sobre os novos movimentos sociais e a pluralidade do social (LACLAU, 1986), leitura em que questiona debates (então considerados) contemporâneos os quais, em seu entendimento, buscam uma determinação das dimensões e formas radicalmente assumidas pelo conflito social no final do século XX.

Interpretando os movimentos sociais aqui destacados em torno de ocupações de escolas a partir da Teoria do Discurso laclauniana, é possível considerar que uma série de demandas, antes isoladas, passaram a ter ali espaços considerados de emergência. Assim, ao mesmo tempo em que se reivindica pela não “implantação/implementação” da proposta de Organizações Sociais (Goiás), do



Programa de Reorganização Escolar (São Paulo), ou pela não aprovação do “Escola sem partido”, era/é possível demandar pelo não fechamento das escolas, pela possibilidade de estudar perto de casa, por banheiros e outros espaços que considerem as questões de gênero, pela não aprovação de projetos outros como o da Reforma da previdência, dentre outras pautas.

Demandas que já existiam/existem no âmbito da educação pública passaram, no contexto das ocupações das escolas, a também serem enunciadas. Tais demandas, isoladas, não tinham/têm força suficiente para obrigar o atendimento das reivindicações diversas do contexto educacional público.

Nessa perspectiva, é possível afirmar, pela teoria do discurso, que tais demandas eram/são elementos que tornaram-se momentos equivalentes, tendo em vista um inimigo comum (as formas verticalizadas de imposição de propostas curriculares), e pontos nodais articuladores em cada situação, como no caso da proposta de Implantação de Organizações Sociais (Goiás), o Programa de Reorganização Escolar (São Paulo) e o Escola sem partido (projeto de âmbito nacional). Tais projetos/propostas, considerados de reformulação possivelmente curricular assumiram/têm assumido, nesse sentido, a função de representar uma totalidade que as transcenderam/transcendem em termos de sentidos, ou seja, função hegemônica. Significantes vazios, nomes que levam consigo complexos processos de significação (MENDONÇA, 2015).

Ao se apresentarem como mudanças curriculares com pretensas “garantias” de qualidade na educação pública, as quais pretensamente de transformação social, movimentos outros continuam sendo construídos questionando seus pretensos ideais dessa garantia de qualidade na/para a educação pública.

Para Laclau (1986, sem paginação), as mobilizações populares se baseiam “numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos”, para além de um “modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos”. Nesse texto, afirma ainda que categorias como “classe trabalhadora”, “pequeno-burguês”, dentre outras, “[...] adquirem um significado cada vez mais



reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais” (idem, grifos do autor).

Das situações apresentadas/descritas a partir de algumas falas de sujeitos participantes das ocupações de escolas até aqui destacadas, é possível perceber que em meio aqueles sujeitos estão alguns que possivelmente nunca tenham participado de outras manifestações anteriores, ou que não façam parte do movimento estudantil.

A categoria ‘sujeito’ é colocada em crise no estruturalismo, pela crítica ao existencialismo e ao humanismo. Para Laclau e Mouffe (2015, p.198), tal categoria “é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva”, situação em que a subjetividade do agente apresenta a mesma precariedade e ausência de sutura.

Na leitura de Burity (2015, p.66) consigo compreender os fenômenos sociais, como o caso das ocupação de escolas, como *sobredeterminados*: “[...] não estão sujeitos a uma relação simples de causalidade, não se constituem por um único investimento de sentido, ou uma única agência”; isso porque, de acordo com esse autor, “efetivamente, todo fenômeno social é o cruzamento de diversas formas de construção daqueles acontecimentos. Construção discursiva [e política] daqueles acontecimentos” (idem). Nessa perspectiva, o sujeito se constitui pelas demandas articuladas, por movimentos de reivindicações à ordem estabelecida (LACLAU, 2013). Lopes e Macedo (2011, P. 229) afirmam que as demandas “borbulham de forma desordenada como possibilidades não sendo apresentadas por nenhum sujeito previamente constituído” (p.229).

A centralidade das demandas, em sua dinâmica não essencialista, se dá enquanto antagonismo, momento de fixação, provisório e contingente, e se faz em relação a uma diferença excluída da articulação discursiva, a qual “é simultaneamente condição de possibilidade da articulação (garante que a articulação exista) e de impossibilidade da articulação (confronta e bloqueia essa mesma articulação)” (LOPES, 2014, p.10). Assim, “as formas de garantir essa centralidade são definidas na luta política, pela articulação de demandas e de grupos em torno de posições que precisam ser hegemônicas, ou seja, “vendidas” como de todo o grupo ou, mais



eficazmente, de toda a sociedade.” (grifos das autoras, LOPES; MACEDO, 2011, p. 229).

Laclau e Mouffe (2001) defendem a ideia de que há processos de identificação, em que os sujeitos se aproximam e se constituem como grupos “identitários” politicamente ativos. Um exemplo desse processo de identificação pode ser aqui apresentado na situação, supracitada, em que um estudante que participou das manifestações e/ou ocupações de escolas em Goiás faz referência ao movimento de São Paulo. Ele afirma que “Em São Paulo, as ocupações deram certo, o que temos a perder? Eles acreditaram. Vamos fazer isso porque acreditamos que vai dar certo” (CONTRÁRIOS...,2016).

Políticas de currículo, como podem ser consideradas as propostas dos governos de Goiás e de São Paulo, e o Projeto escola sem partido, aqui destacadas, tendem a regular os sujeitos, definindo-lhes um lugar no mundo simbólico, “desconsiderando a pluralidade de suas identidades, renunciando a outras possibilidades de ser dos sujeitos” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 230). Destaco afirmação de Lopes e Macedo (2011) quanto ao necessário reconhecimento do Outro (identificação) na constituição de projetos educacionais, sem, no entanto, sufocar a sua singularidade, o que equivaleria a objetivá-lo e eliminaria a própria possibilidade de educar. Parece ser a busca por esse reconhecimento que tem mobilizado (não somente) estudantes nas/para as manifestações e/ou ocupações aqui destacadas, na perspectiva de negociações frente às políticas curriculares que foram/vão se apresentando.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau**. In: (pp.35-59). MENÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso: 07 Jul. 2017.



LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Coordenação e revisão técnica geral: Alice Casimiro e Elizabeth Macedo. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **A razão populista**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out. ,1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm. Acesso em: 28. Ago. 2017.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A qualidade da escola pública: uma questão de currículo?**. In: Marcus Taborá; Luciano Faria Filho; Fabiana Viana; Nelma Fonseca; Rita Lages. (Org.). A qualidade da escola pública. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1, p. 15-29.

_____. **Teorias Pós-Críticas, Política e Currículo**. Dossiê Temático: Configurações da Investigação Educacional no Brasil. Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013, (pp. 7-23). Disponível em <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em 20. Nov.14.

LOPES, Alice Casimiro. **No habrá paz en la política**. Debates y Combates, v. 4, p. 1-25, 2014 (versão em português).

_____. **Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical**. In: Alice Casimiro Lopes; Daniel de Mendonça. (Org.). A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas. 1ed.São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 117-147.

_____. MENDONÇA, Daniel de. **Reflexões discursivas sobre a esquerda, o deslocamento e a democracia**. In: _____. A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas. 1ed.São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 149-162.

_____. VANDENBERGUE, Frédéric. ARAÚJO, Kathya. **Entre a equivalência e a diferença. Notas sobre a trajetória teórico-política de Ernesto Laclau**. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015. p. 15-34.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos S. F.; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. In BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo, 2011.



MENDONÇA, Daniel de. **Antagonismo como identificação política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228.

_____. **Pensando (com Laclau) os limites da democracia**. In: Alice Casimiro Lopes; Daniel de Mendonça. (Org.). A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 73-92.

PENNA, Fernando de Araújo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Escola "sem" partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SITES CONSULTADOS

A OCUPAÇÃO das escolas em SP contada pelos próprios estudantes. (Redação em 9 de dezembro de 2015 às 16:39). Disponível em <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/a-ocupacao-das-escolas-em-sp-contada-pelos-proprios-estudantes/>. Acesso em: 11. Mar. 2016.

APÓS aprovação da PEC 241, estudantes mantêm ocupações no RN. Disponível em <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/10/apos-aprovacao-da-pec-241-estudantes-mantem-ocupacoes-no-rn.html>. Acesso em: 08. Jul. 2017.

CONTRÁRIOS a novo modelo de gestão, estudantes ocupam 27 escolas em Goiás. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias> Acesso em: 11. Mar. 2016.

CRESCER ocupação de escolas em Goiás em defesa da educação pública. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/274565-8> Acesso em: 11. Mar. 2016.

OCUPAÇÃO de escolas traz questionamento sobre avaliações externas. Disponível em: <http://www.tonorumo.org.br/2015/11/ocupacao-de-escolas-traz-questionamento-sobre-avaliacoes-externas/>. Acesso em: 11. Mar. 2016.

MOVIMENTO de ocupações: em cada escola luta, união e rebeldia. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/263907/movimento-de-ocupa%3%a7%3%b5es-em-cada-escola-luta-uni%3%a3o-e-rebeldia.htm>. Acesso em: 26. Mai. 2017.

PERGUNTAS e respostas sobre OSs atualizadas (24.12.2015). Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/Noticia.aspx?idNoticia=1748> Acesso: 15. Mar.2016.